

1
2 **Ata da 37ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades**
3 **realizada nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2013.**
4

5 Às nove horas do dia 05 de junho de 2013, no auditório do Ministério das
6 Cidades, nesta cidade, deu-se início aos trabalhos da 37ª Reunião do
7 Conselho das Cidades – ConCidades - mediante convocação de seus
8 membros, conforme o Regimento Interno deste Conselho. O Secretário-
9 Executivo do ConCidades, Sr. Carlos Vieira, abriu os trabalhos saudando a
10 todos e todas e convidou os representantes dos Segmentos para compor a
11 mesa. Após apreciação, discussão e deliberação, a pauta foi aprovada após
12 alterações no 3º dia. A pauta para o 1º dia finalizou assim: Às 9h, abertura dos
13 trabalhos com deliberação e aprovação da pauta proposta; às 10h, reunião dos
14 Comitês Técnicos; às 17h, reunião para Sistematização das Resoluções e
15 reunião com os Segmentos. 2º Dia: às 9h, Participação do ConCidades na
16 cerimônia de Reinstalação da Frente Parlamentar da Reforma Urbana, na
17 Câmara dos Deputados; às 14h, Tema de conjuntura: Sistema Nacional de
18 Desenvolvimento Urbano; às 16h30, Reunião com os GT's. 3º Dia: às 9h,
19 assuntos tratados na coordenação-executiva da 5ª Conferência Nacional das
20 Cidades; às 10h, relato dos comitês de Planejamento Urbano e de Mobilidade e
21 deliberação sobre as respectivas resoluções; às 14h, Relato dos comitês de
22 Saneamento Ambiental e Habitação, com a deliberação sobre as respectivas
23 resoluções; 17h, apresentação da Palestra: Brasil + 20 - Programa Nacional
24 para Cidades Sustentáveis do Ministério do Meio-Ambiente. **Deliberações:**
25 **Primeiro dia: 1.** O Secretário Executivo do Conselho das Cidades, Carlos
26 Vieira, abriu a mesa de reunião. A pauta foi lida e aprovada após inclusão da
27 relatoria sobre a 5ª Conferência. **2.** Passou-se à aprovação da Ata da 36ª
28 reunião do Conselho das Cidades. Sugestões foram feitas no sentido de
29 especificar três tópicos: a) a aprovação da moção, b) o tema da acessibilidade
30 e c) os conselheiros, em sua maioria, se manifestaram contrários às PPPs.
31 Surgiu a discussão sobre a ata estar muito sintética e um dos conselheiros
32 defendeu a permanência da forma constada nas últimas atas. Na tentativa de
33 apaziguar a discussão, um dos conselheiros sugeriu que o tema de conjuntura
34 fosse colocado integralmente à disposição dos conselheiros no Site do
35 Ministério das Cidades por se tratar esse do debate mais importante da
36 reunião. Os itens deveriam ser incluídos na ata, que foi aprovada com as
37 devidas ressalvas. **3.** Às 11h, iniciaram as reuniões com os Comitês Técnicos.
38 **4.** Às 17h, reunião para sistematização das resoluções e reunião com os
39 segmentos. **Segundo dia: 1.** No período da manhã, aconteceu a cerimônia de
40 Reinstalação da Frente Parlamentar da Reforma Urbana e os conselheiros
41 foram à Câmara dos Deputados para participar. **2.** Depois disso, às 14h, a
42 reunião retornou com o Tema de Conjuntura: Sistema Nacional de
43 Desenvolvimento Urbano - SNDU. Os palestrantes foram os senhores Yuri
44 Rafael Della Giustina, Diretor do Departamento de Políticas de Acessibilidade e
45 Planejamento Urbano do Ministério das Cidades (a); e Wellington Pantaleão da
46 Silva, representante da Secretaria Geral da Presidência da República (b). a) O
47 primeiro palestrante fez uma apresentação tomando por ponto de partida o
48 Texto Base Nacional da 5ª CNC. A partir disso, mostrou os pontos a serem
49 aperfeiçoados, os pontos fortes e os convergentes com a política do MCidades.
50 Falou ainda sobre a importância de construir uma política convergente à do

51Ministério, bem como sobre a necessidade de acompanhamento jurídico
52acerca do caso. b) O segundo palestrante tratou do andamento do assunto
53SNDU. Segundo ele, a presidência aguarda recebimento da proposta para
54criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para posteriores
55providências. Além disso, tem entrado em contato com o Ministério das
56Cidades para alinhar entendimento sobre o assunto. Durante o período de
57contribuições, alguns conselheiros se manifestaram contentes porque o
58governo está aceitando o SNDU e tentando fazer com que o GTI seja
59implementado. Ressaltaram também a importância de ter a Resolução que
60trata do SNDU aprovada o mais rapidamente possível. Lembraram da
61necessidade de integrar todas as políticas que falam sobre desenvolvimento
62urbano. Em resposta, a mesa levantou pontos importantes a serem
63considerados para aprovação da resolução, dizendo que o Ministério das
64Cidades tem tentado fazer uma leitura de todos os cenários para que a
65proposta seja realizada da melhor forma possível. No final, vários conselheiros
66pediram a assinatura da resolução sobre o SNDU. Carlos Vieira se
67comprometeu a levar, no terceiro dia, a resolução com o parecer da assessoria
68jurídica do Ministério – CONJUR - para que a resolução possa ser assinada.
69**Terceiro dia: 1.** A reunião iniciou com o relato da reunião da Coordenação
70Executiva para 5ª Conferência Nacional das Cidades – 5ª CNC. **2.** Surgiu uma
71discussão acerca da sistemática a ser adotada: o relato deveria ser feito por
72cada membro de uma comissão, ou deveria ser feito de forma sintética por um
73único membro da Coordenação executiva da 5ª CNC? O acordo foi que seria
74realizado um relato sintético por apenas um de seus membros. **3.** Foi informado
75que a *comissão de infraestrutura e logística* não se reuniu por faltar pauta,
76tendo em vista a inexistência de empresa para realização da logística. **4.**
77**Relato da comissão de mobilização:** a comissão considera que os trabalhos
78praticamente terminaram, mas ainda considera importante a participação na
79etapa estadual. Ficou acordado que depois da etapa estadual, essa comissão
80será desfeita e incorporada a outras comissões. **5.** A *Comissão Nacional*
81*Recursal e de Validação – CNRV* - falou sobre o problema do Pará e de Minas
82Gerais com as conferências coletivas. A Coordenação Executiva então afirmou
83que não existirão conferências coletivas ou regionais, pois as que existirem
84serão invalidadas. Um dos conselheiros esclareceu que o regimento é omissivo
85com relação ao assunto e lembrou a todos que, portanto, o documento
86expedido pode ser considerado apenas como uma orientação. **6.** A *Comissão*
87*de Metodologia e Sistematização* terminou a revisão do Regulamento para a 5ª
88Conferência Nacional das Cidades – 5ª CNC - e o apresentou ao Conselho
89das Cidades para deliberação. Os conselheiros apresentaram as sugestões de
90melhoria, que foram incorporadas. Nesse momento, o Secretário Executivo do
91ConCidades, Carlos Vieira, pediu oportunidade para que o Poder Público
92Federal (PPF) pudesse fazer propostas, pois, de acordo com a metodologia
93proposta, o segmento não teria oportunidade de realizar qualquer proposta
94sobre o Texto-Base durante a Conferência Nacional. Houve discussão sobre o
95tema e alguns conselheiros acreditavam que esse espaço já havia existido.
96Outros, entretanto, concordaram que o PPF, será o único segmento que não
97terá oportunidade de oferecer propostas, antes da Conferência Nacional. Ao
98entrarem em acordo sobre a necessidade de se abrir um espaço, os
99conselheiros concordaram que isso teria de acontecer durante as Conferências
100Estaduais. Durante a discussão, foram identificadas três propostas diversas,

101quais sejam: a primeira foi sobre incorporar propostas do PPF aos painéis
102durante a 5ª CNC, sendo necessárias, para tanto, assinaturas de 10% dos
103delegados; a segunda foi que o PPF poderia enviar propostas por meio do
104Jornal até dia 10/07; a terceira foi que o PPF teria espaço para fazer uma pré-
105conferência e levantar suas propostas. A segunda proposta foi a vencedora,
106devendo o Poder Público Federal enviar suas propostas até o dia 10/07/2013, e
107o jornal deverá ser publicado até o dia 18/07/2013. Sanadas as controvérsias
108sobre o assunto, o regulamento foi aprovado pelo pleno do conselho. **7.** Depois
109disso, foi aprovada a resolução que disciplina normas e procedimentos
110relativos à eleição de membros do Conselho das Cidades no âmbito da 5ª
111Conferência Nacional das Cidades. **8.** O tema de pauta seguinte foi o relato dos
112comitês técnicos em conjunto com a deliberação sobre as resoluções. **A)**
113Relato do *Comitê Técnico de Saneamento Ambiental*: Tratou-se de um
114momento histórico para o Comitê, pois naquele dia ocorreu a última reunião
115para tratar do PLANSAB, após 5 anos de discussão sobre o tema. Reforçaram
116o fato de esse plano ter grande participação social e grandes esforços tanto
117ministeriais quanto por parte dos conselheiros nacionais. Lembraram que a
118proposta do plano já foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde e no
119Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Uma das conselheiras propôs que
120fosse publicado, até a conferência nacional, um caderno com o histórico
121completo do conselho das cidades. O comitê propôs três resoluções e uma
122moção de agradecimento aos conselheiros que participaram da consolidação
123do plano e aos servidores que auxiliaram nesse processo. As resoluções
124discutidas no comitê de saneamento foram: a.a) resolução que estabelece a
125constituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento
126da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico- – PLANSAB;
127a.b) resolução que aprova a proposta do PLANSAB; a.c) resolução que
128recomenda ao Ministério das Cidades propor procedimentos para assegurar o
129controle social na elaboração dos contratos, criar mecanismos de controle e
130monitoramento dos contratos firmados no âmbito do desenvolvimento urbano
131por meio das parcerias público-privadas. Ficou registrada na mesa para que
132constasse em ata uma carta vinda de Vitória – ES, chamada Carta de Vitória,
133que tratou de temas relativos ao PLANSAB, PPP, investimentos em
134saneamento. Um dos conselheiros pediu que fosse colocado no site do
135Ministério das Cidades tudo que existir sobre o PLANSAB para que se faça o
136marco legal do fato. **B) Relato do Comitê de Habitação**: foram apresentados
137pela SNH os balanços do PMCMV, PAC Urbanização, Orçamentário Financeiro
138e Evolução de regularidade dos municípios no SNHIS. Dentre os assuntos
139discutidos estão orçamento e transparência. Propuseram uma resolução de
140alteração para a Portaria 610 no sentido que ela incorporasse não só o
141resultado do processo de seleção, mas também a obrigatoriedade do cadastro.
142Outro ponto de discussão foram empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida
143invadidos. Decidiu-se por levar o tema aos conselhos estaduais e municipais
144para discussão. Surgiram duas resoluções em parceria com o comitê de
145planejamento urbano e uma com tema específico do comitê de habitação. Será
146agendada uma reunião com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para
147tratar de temas específicos sobre os imóveis desse órgão. As resoluções
148aprovadas foram: b.a) resolução que recomenda ao Ministério das Cidades
149gestões em relação ao cadastro e seleção de beneficiários do Programa Minha
150Casa, Minha Vida, com vistas a assegurar transparência e controle social nos

151 processos de destinação das unidades habitacionais produzidas; b.b)
152 resolução recomendando ao Congresso Nacional alteração e inclusão de
153 artigos do Projeto de Lei 8.046/2010, que trata da revisão do Código de
154 Processo Civil; b.c) resolução recomendada à Presidência da República para
155 que o Ministério das Cidades faça parte do grupo interministerial e interfira em
156 favor da população a ser removida da área do Horto, no Rio de Janeiro. **10.**
157 *Relato do Comitê de Planejamento Urbano:* Houve discussão sobre o projeto
158 piloto de regularização fundiária e ficou encaminhado que a construção do
159 projeto será retomada, tendo em vista que há necessidade de se pesquisar
160 sobre o panorama da ilegalidade no Brasil de se criar estratégias de
161 sensibilização do judiciário em todas as ações. Foi reformulado um grupo com
162 participação de algumas pessoas. Após eventuais alterações, a resolução
163 aprovada foi: Resolução que recomenda a adoção do Coeficiente de
164 Aproveitamento Básico como princípio balizador da política fundiária urbana
165 municipal, a ser utilizado por todos os municípios. **C) Comitê de Mobilidade:**
166 Denatran fez uma apresentação sobre a campanha da Parada pela Vida, que
167 tem planos de reduzir em 50% e até 2020 o número dos acidentes
168 automobilísticos. Houve palestra e discussão acerca do PAC 2 – Médias
169 Cidades. Ficou acordado entre os participantes que, sempre que surgir uma
170 nova Portaria, essa será encaminhada aos conselheiros para que esses
171 tenham ciência e possam ter melhor base durante a discussão do assunto.
172 Depois disso, houve grande discussão acerca das Instruções Normativas (IN)
173 07 e 41, que falam sobre contratações. Os conselheiros não entenderam o
174 motivo da alteração da IN 07 pela IN 41 e se apresentaram contrários às
175 mudanças, pois essa alteração deveria ter passado pelo conselho. A mesa
176 esclareceu que a mudança aconteceu apenas para facilitar o cadastro e a
177 distribuição do benefício. Outro ponto de discussão foi o PAC Pavimentação.
178 Os conselheiros lembraram que, ao planejar a construção, devem ser levadas
179 em consideração as ciclovias, a acessibilidade nas calçadas e a prioridade
180 para os transportes públicos. **9.** Após os relatos dos Comitês Técnicos, Carlos
181 Vieira, Secretário Executivo do Conselho das Cidades, lembrou que ainda seria
182 necessária a discussão sobre as alterações realizadas pela equipe da
183 CONJUR na Resolução do SNDU. Carlos explicou que, caso fossem acatadas
184 as sugestões da CONJUR, a resolução seria aprovada e a discussão passaria
185 a ser feita fora do MCidades. Isso significa que cabe à Presidência da
186 República decidir sobre a criação do grupo interministerial e dar
187 prosseguimento ao debate sobre o SNDU, o que é objetivo dos conselheiros.
188 Entretanto, caso as proposições da assessoria jurídica não fossem aceitas,
189 necessário seria que aquela se posicionasse quanto ao conteúdo da
190 Resolução, não apenas quanto à sua formalidade. Nesse caso, a resolução
191 levaria mais tempo para sair do MCidades. Carlos leu a resolução com as
192 alterações e abriu para contribuições. Vários conselheiros se manifestaram
193 contrariamente à alternativa de redação oferecida pela CONJUR. Tais
194 conselheiros enfatizaram a necessidade de estar presente na resolução o fato
195 do Conselho das Cidades ter feito a proposta e estar oferecendo uma proposta
196 de trabalho ao grupo interministerial. Caso isso não fosse feito, todos os anos
197 de trabalho sobre o tema estariam perdidos. Assim, os conselheiros se
198 colocaram a favor da resolução proposta pela CONJUR, mas com o acréscimo
199 da menção que foi o Conselho das Cidades quem elaborou a proposta de
200 trabalho sobre o qual o grupo interministerial se pautará. **10.** Encerrada essa

201discussão, Silmara Vieira da Silva, representante do Ministério do Meio
202Ambiente – MMA, explicou o programa Brasil+20, propondo um projeto com
203integração de vários ministérios e de várias políticas na tentativa de fazer
204leituras topográficas dos municípios. O programa teve aceitação geral por parte
205dos conselheiros. **Encaminhamentos:** Os encaminhamentos da 37ª Reunião
206do ConCidades foram: **1.** Colocar a gravação ou de gravação integral do tema
207de conjuntura no site do Ministério das Cidades para que todos os conselheiros
208tenham acesso ao conteúdo integral da discussão. **2.** Avisar ao Conselheiro
209Suplente quando o Conselheiro Titular estiver ausente da reunião ou tiver ido
210embora para que aquele possa votar no lugar desse. **3.** O Poder Público
211Federal deverá enviar propostas para a 5ª Conferência Nacional das Cidades
212até dia 10/07 para que o jornal seja publicado até dia 18/07. **4.** Foi aprovado o
213Regulamento da 5ª Conferência Nacional das Cidades pelo pleno do
214ConCidades. **5.** Foram aprovadas as seguintes Resoluções: **5.1.** Resolução
215que disciplina normas e procedimentos relativos à eleição de membros do
216Conselho das Cidades no âmbito da 5ª Conferência Nacional das Cidades; **5.2.**
217Resolução que estabelece a constituição de um Grupo de Trabalho
218Interministerial de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de
219Saneamento Básico; **5.3.** Resolução que aprova o Plano Nacional de
220Saneamento Básico – PLANSAB; **5.4.** Resolução que recomenda a definição
221de procedimentos para assegurar o controle social na elaboração dos contratos
222no âmbito do desenvolvimento urbano por meio das parcerias público-privadas;
223**5.5.** Resolução que recomenda ao Ministério das Cidades gestões em relação
224ao cadastro e seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida,
225com vistas a assegurar transparência e controle social nos processos de
226destinação das unidades habitacionais produzidas; **5.6.** Resolução
227recomendando ao Congresso Nacional alteração e inclusão de artigos do
228Projeto de Lei que trata da revisão do Código de Processo Civil; **5.7.** Resolução
229que recomenda ao Ministério das cidades fazer gestões junto à Comissão
230Interministerial para rever decisão de remoção da Comunidade do Horto e que
231faça gestão junto aos tribunais federais e órgãos do estado e município do Rio
232de Janeiro, de modo a garantir sua permanência naquele local; **5.8.** Resolução
233que recomenda a adoção do Coeficiente de Aproveitamento Básico como
234princípio balizador da política fundiária urbana municipal, a ser utilizado por
235todos os municípios. **6.** Fazer um caderno com todo histórico do ConCidades,
236incluindo os conselheiros que por lá passaram e resoluções aprovadas. **7.** Um
237dos conselheiros pediu que fosse colocado no site do Ministério das Cidades
238tudo que existir sobre o PLANSAB para que se faça o marco legal do fato. **8.**
239Projeto piloto de regularização fundiária: ficou encaminhado que a construção
240do projeto será retomada, tendo em vista que há necessidade de se pesquisar
241sobre o panorama da ilegalidade no Brasil de se criar estratégias de
242sensibilização do judiciário em todas as ações. Foi reformulado um grupo com
243participação de algumas pessoas para dar andamento ao projeto piloto. **9.**
244Pedido de um dia e meio para reunião com os Comitês Técnicos. **10.** Enviar
245aos conselheiros qualquer portaria com iminência de publicação ou que esteja
246sendo discutida. **11.** O DENATRAN se comprometeu a estar presente nas
247conferências estaduais, sempre que solicitado, para divulgar a campanha
248Parada pela Vida. **12.** A resolução que trata do Sistema Nacional de
249Desenvolvimento Urbano – SNDU – seria alterada no sentido de constar o
250nome do Conselho das Cidades como autor do projeto e seria encaminhada

251 para posteriores providências.

252

253 Brasília, 07 de junho de 2013.

254

255

256

257

258

259

Aguinaldo Ribeiro
Ministro de Estado das Cidades